

Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais

Alicia Reigada¹

Resumo: Este texto apresenta algumas chaves teóricas que permitem enquadrar e repensar o estudo do trabalho em cadeias agrícolas globais a partir de uma perspectiva feminista, a fim de superar o viés androcêntrico ainda vigente nos estudos agrícolas. Para ilustrar essas ideias nos apoiaremos, de forma sucinta, em alguns resultados obtidos a partir de uma investigação empírica realizada, a partir do campo da antropologia social, sobre a organização social do trabalho na agricultura de exportação na Andaluzia (sul da Espanha).

Palavras-chave: perspectiva feminista; androcentrismo; estudos agrários; trabalho; cadeias globais agrícolas.

A feminist perspective of labor in global agro-food chains

Abstract: *The present study analyzes theoretical concepts that permit us to restructure the literature on global agro-food chains from a feminist perspective, with the intention to surpass the androcentric bias present in the majority of agricultural studies. To illustrate these proposals we will base our arguments on concise results extracted from an empirical investigation conducted from a social anthropological perspective, concerning the social labor organization in intensive agriculture (South of Spain).*

1 Departamento de Antropología Social – Grupo de Investigación GEISA – Universidade de Sevilla (US) – Sevilla – Espanha – aliciareigada@us.es

Keywords: *feminist perspective; androcentrism; agricultural studies; labor; global agro-food chains.*

1. Introdução

Como acontece em outras áreas de conhecimento, a partir dos anos 1970 e 1980 economistas, historiadoras, sociólogas, antropólogas e historiadoras feministas se somaram ao esforço de combater o viés androcêntrico presente nos estudos agrários. Mais de três décadas depois, observamos que o impacto da teoria feminista neste campo de investigação tem sido escasso e limitado. É por isso que parece necessário continuar refletindo sobre as contribuições e implicações que supõe aplicar esta perspectiva, neste caso ao estudo do trabalho nas cadeias agrícolas globais.

É fundamental, desse modo, começarmos recordando os pressupostos de que partimos nesta análise. Em primeiro lugar, não podemos reduzir a perspectiva feminista, inscrita em correntes de pensamento muito amplas e plurais, ao denominado enfoque de gênero, pois o gênero é apenas uma das categorias de análise empregadas nos estudos feministas. Em segundo lugar, não nos encontramos diante de um campo de estudo específico e independente da sociologia ou da antropologia rural, mas diante de uma perspectiva de análise transversal que procuraremos aplicar, no âmbito que aqui nos ocupa, aos estudos sobre história e economia agrária, sociologia e antropologia do trabalho ou migrações de trabalho.

Com o objetivo de incorporar a análise feminista nas investigações sobre cadeias agrícolas mundiais, resgatamos neste texto algumas das principais contribuições da teoria feminista para o campo de estudo mais amplo da economia e do trabalho. Sem a pretensão de apresentar um “estado da arte” ou uma revisão sistemática destas contribuições, nos deteremos em algumas chaves analíticas gerais.

O presente texto² se propõe a abordar, por um lado, a necessidade de rever e redefinir determinadas categorias e perspectivas de análise empregadas nos estudos agrários sobre o trabalho. Por outro lado, visa destacar o potencial da abordagem feminista aplicada a algumas propostas analíticas amplamente desenvolvidas no campo das ciências sociais, aquelas preocupadas em incorporar a este campo de estudo: um enfoque integrador e holístico, capaz de superar as

2 A discussão que apresentamos neste artigo tem sido realizada no marco do projeto intitulado “Sostenibilidad social de los nuevos enclaves productivos agrícolas: España y México” (ENCLAVES), dirigido por Andrés Pedreño Cánovas e financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação (2012-2014, CSO2011-28511).

limitações do pensamento dualista; uma perspectiva histórica, construtivista e relacional, que permita explorar o modo como a força de trabalho (e a segregação) é “criada”, e não “dada”, e que, na reflexão sobre o contraste entre a internacionalização do capital e a localização do trabalho, articule as diferentes variáveis e os diversos sistemas de hierarquização social; finalmente, uma abordagem concebida a partir da “teoria da prática”, que alcance complementar a análise estrutural tomando em conta os atores sociais e a experiência humana.

Para ilustrar essa perspectiva nos apoiaremos de maneira breve em alguns resultados extraídos de uma investigação empírica realizada a partir da antropologia social na agricultura de exportação na Andaluzia (sul da Espanha). Em particular, na organização social do trabalho no cultivo intensivo de morango, a partir da implementação de um programa de trabalhadoras agrícolas temporárias, procedentes da Europa do leste e do Marrocos.

Na Andaluzia, região agrícola mais importante da Espanha, embora predomine a estrutura fundiária latifundista, devemos tomar em conta que a agricultura intensiva que é introduzida na década de 1970, caracterizada pela intensificação das relações capitalistas de produção, pela industrialização da agricultura, por uma orientação para os mercados globais e pela salarização do trabalho, é todavia baseada na pequena propriedade familiar.

É neste contexto que se inscreve o cultivo de morangos em Huelva (costa oeste da Andaluzia), que, além de ter se tornado o primeiro exportador de morangos da Europa e o segundo no mundo depois da Califórnia, é um dos principais expoentes dos programas de trabalhadores agrícolas temporários da Europa. Este programa, chamado na Espanha “sistema de contratação na origem”, foi implantado na Andaluzia há uma década e apresenta algumas características e certos princípios semelhantes aos de outros programas de trabalhadores agrícolas temporários³.

A perspectiva adotada na análise dos processos de substituição étnica da força de trabalho, além de nos situar na perspectiva histórica necessária para entender a passagem dos antigos trabalhadores sazonais (*jornaleros*) às novas trabalhadoras temporárias e a adoção de novas políticas de gestão do trabalho agrícola, nos permite delinear os diferentes tipos de migrações que estão acontecendo e que coexistem hoje nos campos de morangos. Em um primeiro momento, a força de trabalho era composta por famílias de migrantes sazonais andaluzes. Tratava-se, desse modo, de uma migração interna de caráter familiar

3 Através deste programa foram contratadas, em 2007, exatamente o período anterior à crise econômica, uma média de 35.000 mulheres imigrantes, procedentes principalmente da Romênia, da Polónia e do Marrocos.

que acompanhava o ciclo das estações do ano agrícola na Espanha e no sul da França. Foi na década de 1990 que a perda crescente do protagonismo das famílias de migrantes sazonais nos campos de morangos deu lugar à chegada de imigrações compostas por trabalhadores marroquinos, aos quais se somaram, já no final daquela década, os primeiros trabalhadores temporários da África subsaariana. Desta vez estamos diante de uma imigração jovem e predominantemente masculina.

Com a implementação do sistema de recrutamento de mulheres imigrantes na origem se inaugura uma nova fase marcada por transformações significativas no modelo de organização do trabalho: nos sistemas de recrutamento da força de trabalho, na composição e na segmentação da mão de obra e nos padrões migratórios. O novo modelo seria apresentado, pelas organizações agrárias, pelo mercado e por parte dos sindicatos e instituições públicas, como “o modelo ideal de imigração ordenada”. Esta óptica, embora revele as desigualdades implicadas neste tipo de programa, oculta o papel que as políticas públicas têm desempenhado na institucionalização dessa desigualdade⁴.

2. O viés androcêntrico nos estudos agrários

Neste exercício de rever e redefinir certas categorias e perspectivas analíticas, deve-se começar recordando que as maneiras de conceber e organizar o trabalho não permanecem imutáveis no tempo, nem são o resultado da “evolução natural” da sociedade. Pelo contrário, é essencial atentar para as raízes históricas e culturais do trabalho, que tendem a ser negligenciadas por uma parte importante da teoria econômica.

A própria história econômica tem demonstrado como têm se transformado a compreensão social da noção de trabalho e seu significado para os indivíduos e grupos sociais. Uma genealogia do conceito de trabalho (Naredo, 2006) nos revela que se trata de uma categoria profundamente histórica e aponta, assim, para a conexão que se estabelece entre ciência, ideologia e sociedade. Como adverte o autor, a noção de “trabalho” como uma categoria homogênea se consolidou no século XVIII, junto com a metáfora da “produção” de riqueza, o mito

4 Em sua análise sobre o trabalho com cana-de-açúcar no estado de São Paulo, Silva (2001) refere-se à formação de um “mercado migratório de trabalho ordenado”, mas o faz de um ponto de vista crítico para aludir às formas de controle e regulação do mercado de trabalho, sustentado com base na migração interna de milhares de pessoas e onde a força de trabalho, ainda que desqualificada, torna-se essencial para garantir os padrões de acumulação de capital.

do “crescimento” e a própria ideia de “sistema econômico”, para dar sustentação ao nascimento da economia como uma disciplina (2006: 156).

As análises feministas, seguindo – e revisando – as contribuições da história econômica, da sociologia e da antropologia do trabalho ou dos estudos sobre desenvolvimento, ao historicizar as formas de divisão sexual do trabalho e problematizar a concepção mesma do que é definido como economia e trabalho, tem permitido desvelar as lógicas culturais e suas implicações sociais sobre a subordinação das mulheres.

A crítica ao modo como se havia concebido o papel das mulheres nos primeiros programas de desenvolvimento, promovidos nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito do denominado enfoque mulher em desenvolvimento (MED), e à premissa básica adotada a partir desta abordagem, segundo a qual o problema foi que o desenvolvimento tinha marginalizado as mulheres e era necessário integrá-las a ele, permitirá aprofundar esta perspectiva. Ao afirmar que não se tratava de um problema de marginalização, mas do modo como as mulheres tinham sido incorporadas aos processos capitalistas de modernização agrária, as autoras situadas no enfoque gênero em desenvolvimento (GED) inauguram, nos anos 1980, uma via importante para repensar as categorias analíticas empregadas nos estudos agrícolas. Esta revisão tornaria possível confrontar a dupla dimensão em que se traduz o viés androcêntrico⁵ na teoria econômica: o problema da invisibilização, que faz que as mulheres permaneçam ausentes nas análises, e o problema da representação, a partir do qual se tendia a essencializar e naturalizar a vida das mulheres e a representá-las como meros sujeitos passivos⁶.

Desse modo, tal perspectiva soma-se aos esforços da teoria feminista para revelar a parcialidade da teoria econômica dominante, que, sob conceitos supostamente neutros (Ferberamp e Nelson, 2004), tem omitido de suas análises as atividades econômicas realizadas pelas mulheres, considerando que elas não participam na vida econômica – esta reduzida ao mercado –, e, de outro modo,

5 A antropóloga Molyneux define androcentrismo como “a orientação teórica e ideológica que se centra principalmente, e às vezes exclusivamente, em homens e nas relações que se estabelecem entre eles [o que] revela uma tendência a excluir as mulheres dos estudos históricos e sociológicos e conceder insuficiente atenção às relações sociais em que elas se inscrevem” (1977: 79).

6 Como o exemplo da nova economia da família, que tem seu ponto de partida no trabalho de Becker nos anos 1960, para o qual as mulheres e a família se tornam objeto de estudo da teoria econômica. O viés androcêntrico, desta vez, não significa uma infrarrepresentação das mulheres, mas sua representação essencializada como mães, esposas e donas de casa. Para uma análise do viés androcêntrico presente nas três escolas fundamentais da economia – a economia política clássica, a nova escola marginalista e a economia política marxista – ver Gardiner, 1999.

desconsiderado as condições diferentes e desiguais em que homens e mulheres são incorporados nos sistemas agroalimentares.

Neste sentido, Elson (1995) levanta o problema do uso de categorias científicas – tais como os conceitos de “modernização”, “desenvolvimento”, “economia”, “trabalho”, “produção”, “reprodução”, “setor formal”, “setor informal”, “grupo doméstico”, “família” — que são apresentadas como conceitos abstratos e neutros, mas que na prática estão imbuídos de uma orientação androcêntrica (*male bias*), oferecendo uma visão que obscurece e legitima as assimetrias de sexo/gênero.

Nesta perspectiva se situam as tentativas, iniciadas nos anos 1980, de superar a naturalização da noção de trabalho vinculada ao pensamento dualista, que estabelece uma rígida separação entre a esfera da “produção”, associada exclusivamente à produção de mercadorias (valor de troca), e a esfera da “reprodução”, reduzida a tarefas historicamente atribuídas às mulheres no interior da casa (valor de uso). Desse modo se oferece uma definição muito limitada das noções de produção e reprodução, além de uma barreira rígida entre a esfera do mercado e o âmbito doméstico-familiar. Considera-se, além disso, que ao aparecer envolta por conotações de naturalidade e homogeneidade tal dicotomia contribui para legitimar e universalizar a divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que oculta as relações de dominação que acontecem no interior dos grupos domésticos (Harris, 1986).

No caso da organização do trabalho na agricultura familiar de exportação, que aqui analisamos, esta perspectiva supõe contemplar o modo como se realiza uma valorização e uma divisão desiguais do trabalho, embora na experiência cotidiana a separação entre o âmbito doméstico e os trabalhos realizados na pequena propriedade familiar não seja tão rígida como na grande empresa capitalista. Enquanto se reconhecem os trabalhos realizados na pequena propriedade familiar pelos homens do grupo doméstico (considerados “produtivos”), são desconsiderados os trabalhos realizados por mulheres tanto na casa (percebidos como “reprodutivos” e, desse modo, “não trabalho”) como na pequena propriedade (não reconhecendo às mulheres o *status* de agricultoras ou considerando seu trabalho uma “ajuda” ao trabalho do “chefe de família”). Diante das abordagens teóricas que tendem a assumir e reproduzir este pensamento no campo científico, a crítica feminista propõe tomar tais dicotomias como objeto de estudo, e não como categorias de análise, para, em seguida, explicar como elas operam na realidade social estudada e quais são as suas implicações. Ao mesmo tempo, uma perspectiva que questione esta visão de grupo doméstico como um espaço ausente de conflitos, baseado nas relações de complementaridade entre os sexos, permitirá compreender como se constrói a divisão social do

trabalho em função do sexo (e da idade) nos grupos domésticos que sustentam o funcionamento das cadeias de produção global.

Quando pressupostos naturalizados sobre o “trabalho” e “a mulher trabalhadora”, noções que são cruciais para compreender as políticas sexuais do capitalismo contemporâneo (Mohanty, 2005), são assumidos – em vez de explicados e questionados – nas investigações acadêmicas, a análise acaba oferecendo uma visão que, como afirmara Elson (1995), obscurece e legitima as assimetrias de sexo/gênero. Desnaturalizar esses pressupostos permite eliminar os vieses que limitam o estudo da configuração dos mercados de trabalho agrícolas. Em nosso caso, requer, por exemplo, aprofundar a compreensão dos motivos que levam os agricultores a demandar fundamentalmente mulheres e a evolução nos critérios de seleção, até alcançar aquilo que os produtores de morango consideram o perfil da “trabalhadora ideal”.

A primeira das razões refere-se às supostas qualidades que as mulheres apresentam para os trabalhos de colheita e manuseio da fruta, que são aqueles que exigem um número mais elevado de mão de obra assalariada. A flexibilidade, a agilidade e a delicadeza, maiores nas mulheres em comparação com os homens, serão percebidas pelos empresários como qualidades ideais para colher um fruto delicado e perecível como o morango. No entanto, as vantagens que atribuem a tais qualidades “femininas” não são as únicas razões apresentadas. Todos eles insistem em que as mulheres são muito mais trabalhadoras do que os homens e criam menos conflitos. A idade é outro dos critérios que têm assumido importância nos últimos anos, pois se avalia negativamente a juventude de algumas mulheres selecionadas durante as primeiras temporadas. Relacionado a este critério, aparece aquele que exige que as mulheres tenham responsabilidades familiares: as mulheres jovens, solteiras e sem filhos são consideradas menos responsáveis e trabalhadoras que as mulheres de meia-idade, casadas (viúvas ou divorciadas) e com filhos, que, devido à sua situação familiar, se dedicariam ao trabalho e causariam menos problemas para o agricultor. Desta forma, ao preferir mulheres com responsabilidades familiares não apenas se busca preencher o perfil demandado pelos agricultores, mas também garantir um dos objetivos perseguidos pelas administrações públicas: o retorno das temporárias a seus países de origem uma vez finalizada a temporada. Desconstruir as ideologias sexuais que se apoiam em tais argumentos constitui uma tarefa central desta abordagem que defendemos.

Por outro lado, para uma análise feminista do trabalho nas cadeias agrícolas globais é igualmente pertinente resgatar as revisões que afirmam que as teorias do mercado dual (Piore, 1983) e a segmentação do mercado de trabalho

(Gordon, Edwards e Reich, 1986) partem de um conceito limitado tanto da noção de “qualificação”, que tem sido definida levando em conta o perfil da classe trabalhadora masculina empregada na indústria manufatureira, como dos conceitos de “mão de obra secundária” e “exército de reserva” (Beechey, 1994). Um uso abstrato de ambos os conceitos pode levar a homogeneizar e aprisionar em um categoria fechada a diversidade de experiências e condições em que se encontram as mulheres trabalhadoras ou outros grupos sociais, tal como o das pessoas imigrantes. Isso nos convida a questionar e problematizar a noção de “qualificação” que devemos empregar no estudo da feminização do trabalho em determinados cultivos (tais como o morango, a flor, a cereja), ou o modo de operar o conceito de “exército de reserva” para compreender os processos de fragmentação e a substituição da força de trabalho no cultivo do morango.

Outros esforços vêm também das contribuições das teóricas feministas preocupadas em refletir sobre as implicações do conceito de “trabalho flexível” em relação à feminização e à segmentação do trabalho e sobre as ideologias construídas em torno de atividades agrícolas ligadas a produtos frescos, de “qualidade” e “primor” (Lara, 1998; Barrientos, 1999a, 1999b; Barrientos, Kume e Hossain, 2004; Deere, 2005; Cavalcanti, 2011; Silva, 2011). Tais contribuições buscam complementar, em vez de combater, o androcentrismo que predomina nos estudos atuais sobre globalização agroalimentar, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho.

3. Perspectivas de análise no enfoque feminista

3.1. Para além do pensamento dualista

Um passo importante é dado, no sentido de repensar a relação produção/reprodução, quando se toma como pressuposto que este propósito não deve se limitar a conceder a esta última o mesmo peso dado àquela, nem considerar simultaneamente ambas as esferas, mas, de outro modo, pensá-las a partir de sua articulação e sua integração. O que supõe voltar-se para objetos de estudo verdadeiramente transversais, que substituam o interesse atribuído no período anterior à preocupação com a direção dos efeitos que uma esfera exerce sobre a outra pela análise das inter-relações que se dão entre trabalho assalariado e trabalho familiar (Borderías e Carrasco, 1994).

Devemos destacar, no desenvolvimento desta trajetória, as primeiras contribuições realizadas desde a década de 1980 pela corrente feminista, em grande medida de orientação marxista, composta principalmente de pesquisadoras

formadas na América Latina, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esta corrente se concentra na análise dos processos de modernização agrária, industrialização e intensificação das formas capitalistas de produção na América Latina e seu impacto nas relações sociais de sexo, respondendo à articulação que, neste contexto, se estabelece entre a economia de subsistência e a crescente salarização e proletarização feminina (observando a organização de grupos domésticos, do trabalho nas pequenas propriedades familiares e do mercado de trabalho nas grandes indústrias e plantações agrícolas).

Na tentativa de avançar no sentido de uma concepção globalizante do sistema social, Narotzky (2004) propõe partir de uma opção metodológica que se dedique a abordar o processo de reprodução social em sua totalidade, o que possibilitará superar os limites até agora apontados. “O objetivo teórico deveria ser o de integrar esses processos ‘reprodutivos’ na compreensão dos processos ‘econômicos’” (Narotzky, 2004: 228).

E justamente uma das grandes contribuições oferecidas a partir da antropologia é o desenvolvimento de uma abordagem global dos processos materiais de subsistência por meio do conceito de “reprodução social”, que “contribui para superar dualismos tais como aqueles que existem entre abordagens micro e macro, entre as perspectivas materiais e culturais e, em geral, entre ‘economia’ e ‘sociedade’” (2004: 14). Diante dos obstáculos inerentes a estes dualismos, a autora propõe contemplar a reprodução da “vida real” tomando em conta as relações sociais, as experiências, as práticas e os processos que conformam uma sociedade histórica concreta (Narotzky, 2004)⁷.

Esta questão está relacionada com uma das características da abordagem antropológica, a visão holística a partir da qual se pretende analisar os processos econômicos e de trabalho em relação à totalidade social, levando em conta os marcos institucionais e culturais nos quais se inscrevem e adquirem sentido (Florido, 2007). É a esta perspectiva que recorre Polanyi em sua teoria dos modos de integração, na qual se sustenta que a economia está incrustada na organização social. Como propõe o autor, a ideia de uma esfera do mercado autônoma e autorreguladora constitui uma utopia, mesmo para a economia de mercado, daí a necessidade de considerar o conjunto das instituições sociais (o Estado e as diferentes instituições públicas, a família e o parentesco, as associações comunitárias etc.) nas quais estão imersos os fenômenos econômicos (Narotzky, 2004: 129).

7 Como adverte a autora, esta concepção dialética é a que estará presente no marxismo cultural da primeira Escola de Birmingham, que na década de 1970 se propõe a superar tais dualismos.

Já nas investigações realizadas no seio da antropologia clássica encontramos esta perspectiva particular, que, em parte, contém algumas das revisões que a economia feminista faria posteriormente em relação à teoria econômica clássica. Tal como o interesse em compreender como os fenômenos econômicos atravessam outras esferas da sociedade (o parentesco, a religião, a política ou os rituais culturais), já que em tais sociedades não há separação entre “trabalho” e “ócio” ou não se reduz o trabalho ao mercado de trabalho, o que contribuiu para o interesse em estudar o sistema econômico das sociedades pré-capitalistas não ocidentais.

Além de ampliar seu sentido, esta definição de trabalho deve se expressar em termos relacionais, a fim de conectar o trabalho a diferentes esferas da sociedade, como o mercado, os grupos domésticos, a esfera da política ou dos espaços de sociabilidade. Neste sentido se inscreve o enfoque da economia feminista da ruptura (Carrasco, 1999; 2001; 2006; Orozco, 2006), a partir da proposição de algumas autoras de analisar conjuntamente as relações família-mercado, trabalho-políticas públicas (como um todo social), o que, por sua vez, permite reconhecer a conexão entre determinados modelos de família, o Estado e a economia capitalista.

Em sua aposta em um modelo baseado na sustentabilidade da vida humana, Carrasco (2001) analisa a tensão existente entre dois objetivos contraditórios (e, portanto, não complementares), o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado com a vida humana, ou seja, a tensão entre a produção capitalista e o bem-estar humano.

Baseado nesta mesma perspectiva, Picchio (1999) parte da análise das políticas econômicas em sua relação com as relações sociais de gênero e o desenvolvimento rural, e adverte para a necessidade de levar em conta a vinculação existente entre produção e reprodução no sentido de garantir o desenvolvimento social. Para isso, ilustra como o trabalho das mulheres pode mesmo sacrificar a subsistência e a reprodução social em nome da produção orientada para a exportação. De tal modo que as monoculturas intensivas orientadas à exportação surgem rentáveis para os agentes do mercado, mas podem ser fatais para o desenvolvimento local. Este sistema de produção compromete o processo de reprodução social por tratar-se de um modelo que tem efeitos negativos – não só por explorar os recursos e o trabalho das mulheres tanto no âmbito familiar como nos cultivos intensivos – sobre a saúde, as condições de vida das mulheres e suas famílias, os ecossistemas e as culturas locais e a subsistência em geral.

Embora não possamos negligenciar que uma das dificuldades constitutivas desta perspectiva holística é, talvez, o risco de obscurecer e afastar-se do objeto de estudo, o desafio de aplicá-la a partir da perspectiva feminista (transversal), tal como tentaremos mostrar no esquema a seguir, abriria caminhos muito

proveitosos no sentido de enriquecer os estudos sobre o trabalho. O objetivo não seria, entretanto, tomar cada um dos âmbitos anunciados aqui como objeto de estudo, mas nos aproximarmos da configuração social do mercado de trabalho em cadeias agrícolas contemplando o modo como as diferentes esferas e instituições e os diversos agentes sociais se imbricam em tal configuração. Ou seja, colocar em relação as mudanças produzidas na organização do trabalho a partir da introdução deste programa de trabalhadoras agrícolas de temporada com: os grupos domésticos, tanto dos proprietários (especialmente se tomamos em conta que se trata de pequenas explorações agrícolas de caráter familiar) como das trabalhadoras imigrantes; as características e a lógica da cadeia agroalimentar global; o papel das políticas institucionais (migratórias, de trabalho); o papel das organizações agrárias e dos sindicatos de trabalhadores/as, das redes migratórias; o modelo residencial ligado a este tipo de programa para trabalhadores temporários.



Esta perspectiva nos revela, entre outras coisas, que nos processos de incorporação-exclusão no mercado de trabalho intervêm, além da divisão sexual do trabalho, a conjuntura econômica ou os perfis das mulheres trabalhadoras exigidos pelos agricultores, as necessidades dos grupos domésticos ou as mudanças nos padrões culturais. Estes dois últimos aspectos ajudam a compreender, por exemplo, o lugar que passa a ocupar a migração como estratégia para atender a estas necessidades, ou o protagonismo que as mulheres da Europa do leste e do Marrocos passaram a exercer em relação às migrações laborais internacionais e para a reprodução de seus grupos domésticos.

Mostra-nos, também, que para compreender adequadamente a feminização e a etnicização crescentes do trabalho que têm sido observadas neste setor

agrícola é preciso colocar em relação, por um lado, a situação econômica do setor de produção de morango, o perfil de mão de obra demandado pelas políticas de gestão da força de trabalho e a ordenação das migrações laborais; e, por outro lado, a situação nos lugares de origem (estabelecendo, assim, pontes entre origem e destino), as causas que levam os diferentes grupos a emigrar e o papel das redes migratórias através das quais se configuram os fluxos de trabalhadores/as agrícolas.

As contradições entre os interesses do mercado de trabalho rural, do Estado e das trabalhadoras é outro dos aspectos evidenciados à luz de uma perspectiva que coloca em conexão os distintos atores sociais. A mudança nas estratégias dos grupos domésticos das trabalhadoras imigrantes, que começam a direcionar seus projetos migratórios para outros países, como Alemanha, já que Polônia e Romênia ingressaram na União Europeia, é uma das variáveis a tomar em conta para explicar o *deficit* da força de trabalho que a partir de 2007 foi notado pelos técnicos deste programa na Europa Oriental. Um *deficit* que levou, juntamente com os novos acordos firmados entre o governo da Espanha e o do Marrocos, a direcionar as contratações na origem em direção ao país vizinho, apesar da resistência dos agricultores. A esta problemática se somam as tensões que a partir da crise econômica de 2008 confrontaram o governo, interessado em reduzir significativamente as contratações na origem para priorizar a mão de obra nacional, e as organizações agrícolas, que defendiam a continuidade do programa e demandavam mão de obra feminina e imigrante.

Finalmente, neste ponto gostaríamos de destacar três últimas questões. A primeira tem a ver com o modo como as estratégias de mobilidade das trabalhadoras e as tentativas de conciliar os espaços de trabalho, ao mesmo tempo em que revelam a sobre-exploração que esta situação supõe, dão visibilidade a outros fenômenos relevantes, tais como o papel desempenhado pelas formas de solidariedade transnacional e pelas cadeias mundiais de mulheres em migrações laborais internas e internacionais (Hochschild 2001; Sassen, 2003). Uma realidade evidente em um modelo que requer “mães de família” que devem migrar sozinhas. A experiência das trabalhadoras temporárias da Europa do leste e do Marrocos ilustra como as redes de apoio estabelecidas com outras mulheres (especialmente suas mães e irmãs), que assumem o cuidado de seus filhos durante a emigração para o cultivo do morango, desempenham um papel importante na reprodução social, tanto dos grupos domésticos como deste modelo de agricultura de exportação.

A segunda questão diz respeito ao vínculo entre a estrutura segmentada do mercado de trabalho e a segmentação sexual e étnica dos espaços de moradia e

convivência nas propriedades e nos povoados produtores de morango. Ou seja, o modelo residencial não deve ser pensado desvinculado das formas de organização do trabalho, mas como um dos pilares dessa categoria de “trabalhadora convidada de temporada”. O alojamento na forma de casas nos campos de cultivo, longe dos bairros e sem transporte público, a organização das casas com base em sexo, nacionalidade e etnia ou as normas de controle das trabalhadoras estabelecidas nos alojamentos, que, por sua vez, têm efeitos no contexto laboral, mostram a necessidade de articular os diferentes espaços – como mostra Silva (2011) quando analisa o controle político que é exercido sobre os trabalhadores de cana de açúcar no Brasil nos espaços de lazer e descanso nos alojamentos.

Em terceiro lugar, gostaríamos de considerar o modo como os fenômenos sociais, em princípio não contemplados pela lógica destas políticas – como as relações afetivo-sexuais –, surgem imbricados no mundo do trabalho, afetam e moldam a experiência migratória das mulheres, seus projetos futuros, sua trajetória laboral, as representações culturais e os cenários laborais (a distribuição das trabalhadoras nas propriedades, a valorização que os empresários fazem delas, os regulamentos que são estabelecidos nos alojamentos, as relações que têm lugar nos campos e povoados de regiões produtoras de morango). Tais fenômenos aparecem vinculados ao modelo de agricultura globalizada, e em particular a este programa de trabalhadoras agrícolas temporárias, constituem os processos migratórios (e não são decorrência dele) e estão imersos nas transformações mais amplas que ocorrem nos atuais processos de globalização. O que vemos, assim, é que não emigra mera “força de trabalho”, como consideraram estas políticas. Emigram pessoas com histórias e projetos de vida.

3.2. Por uma perspectiva histórica, construtivista e relacional

Outro aspecto que nos interessa recordar é aquele relativo aos problemas decorrentes de certo enfoque unidirecional para a explicação das tendências históricas dominantes. Estes problemas podem ser observados nas limitações que apresentam os estudos que, ao explicar a segregação como um produto direto ou do sistema capitalista ou do poder patriarcal organizado, assumem a cumplência dos interesses do capital e aqueles dos trabalhadores na segmentação sexual do mercado de trabalho.

A análise do modelo de contratação por sexo adotado em um setor determinado é o caminho seguido pelo Milkman (1987) para complementar aquelas teorias que explicam as funções globais da segregação sexual para o capitalismo, mas que não alcançam adentrar as particularidades dos diferentes mercados de

trabalho. Para isso, o autor propõe que se atente para a forma em que a divisão sexual surge historicamente nos postos de trabalho no interior de mercados de trabalho específicos. Isto permitiria compreender, a partir de uma perspectiva histórica, a complexidade dos processos envolvidos na designação de postos como “trabalho de mulheres” ou “trabalho de homens”.

O trabalho no cultivo de morango na Andaluzia não foi sempre um trabalho de mulheres e possivelmente não será sempre assim. A própria história do cultivo, a evolução que representam as contratações na origem ou as mudanças mais recentes, resultantes da crise econômica, evidenciam esse dinamismo e essa variabilidade nos critérios de seleção, nas formas de recrutamento, nos padrões migratórios ou nas representações sobre o trabalho.

A análise comparativa revela, no mesmo sentido, que não existe uma tendência única na designação, por parte das cadeias globais, do trabalho intensivo como próprio de perfis específicos de mão de obra. O fato de o trabalho no cultivo de morango no Canadá ser realizado fundamentalmente por trabalhadores agrícolas temporários homens e o fato de que em outras cadeias globais (como a indústria manufatureira) sejam demandadas trabalhadoras jovens, solteiras e sem responsabilidades familiares são ilustração disso. Ademais, o fato de que o programa de trabalhadoras sazonais, apesar de ser apresentado como o modelo ideal a ser adotado, não tenha sido finalmente implantado em outros setores agrícolas ou laborais na Espanha evidencia o valor deste tipo de estudos localizados que permitem aprofundar a reflexão sobre as direções particulares tomadas pelos enclaves agrícolas globais.

Por outro lado, compartilhamos a preocupação de Mohanty (2005) de ir além do estudo das atividades laborais nas quais predomina a mão de obra feminina e aprofundar a reflexão sobre o modo como que se constroem as categorias “trabalho” e “mulher trabalhadora” na economia capitalista global. Esta questão está relacionada com uma premissa básica da sociologia e da antropologia do trabalho, também assumida pelas teóricas feministas: que a força de trabalho é “criada” e não “dada”. Isto é, que, como apontaram Elson e Pearson (1989), ela não está aí, pronta e acabada, esperando para ser chamada pela indústria ou pela agricultura de exportação. Isso impõe, segundo as autoras, que se explore a diversidade dos processos envolvidos na construção da força de trabalho (constituída, no caso da indústria de eletrônicos, por mulheres jovens e solteiras).

Nos estudos sobre a organização do trabalho na agricultura industrial californiana, Thomas (1985), a partir de um enfoque macro, e Wells (1996), a partir de um enfoque antropológico meso e micro, estudaram precisamente como se

constroem as categorias de trabalhadores e como se configura a fragmentação do trabalho, atentando para a condição de cidadania (referido à mão de obra imigrante, regular e irregular), a etnicidade e o gênero.

Em relação a este aspecto se situam as discussões sobre os fatores que intervêm na construção dessa força de trabalho. Thomas (1985) enfatiza precisamente o significado especial que assumem tais variáveis enquanto categorias externas à organização econômica, mas aplicadas a ela. Entre as principais conclusões que o autor extrai de seu estudo destacam-se: que a condição de cidadania (referindo-se à mão de obra imigrante laboral, regular e irregular) e a categoria de gênero têm uma base material externa em relação ao processo de trabalho e não podem ser entendidas simplesmente como rótulos projetados sobre a força de trabalho; e que as categorias externas ao mercado de trabalho afetam, no entanto, a posição que ocupam os indivíduos nos processos de trabalho ao mesmo tempo em que proveem os empresários de elementos para criar e manter as distinções dentro do mercado de trabalho.

Por conseguinte, Thomas se situa precisamente na direção daqueles que em meados de 1980 buscavam superar as limitações das teorias clássicas que, sob a influência da teoria do mercado dual e da teoria da segmentação do mercado de trabalho, centravam sua atenção apenas nos fatores endógenos ao mercado. Tais estudos muitas vezes negligenciavam fatores como as normas sociais, os padrões ideológicos dominantes, as estruturas familiares ou as políticas vigentes que regulam a transformação de setores da população de empregados assalariados (Quaranta, 2007).

Embora esta análise constitua um avanço importante, não podemos esquecer que as relações sociais de gênero e a etnicidade são variáveis que se constroem de forma transversal, nas diferentes esferas da sociedade, sendo o mercado de trabalho um espaço privilegiado para a construção delas. Isso nos impede de pensá-las como categorias “externas” à organização econômica e, dentro desta, ao mercado de trabalho. Como adverte Cockburn (1988: 37), ao analisar a reprodução da segregação sexual do trabalho é importante atentar para o processo social de construção do gênero que se realiza nos processos de trabalho. Enquanto os sujeitos estão trabalhando, eles não estão apenas produzindo bens ou serviços, eles também estão produzindo cultura.

Por outro lado, o interesse em estudar o contraste entre a internacionalização do capital e a localização do trabalho permitirá articular as diferentes variáveis e os diversos sistemas de hierarquização social. Em sua análise sobre o trabalho das mulheres na agroindústria de exportação do morango no México, Arizpe e Aranda (1981) evidenciaram como as vantagens comparativas das

agroindústrias nos mercados globais repousam nas desvantagens comparativas e na localização das mulheres empregadas nos mercados de trabalho agrícolas locais e nacionais.

Isto nos leva a destacar o elo fundamental que se estabelece entre a divisão internacional e a sexual do trabalho (Hirata, 1997). Como observara Nash (1983), o papel que desempenham as desigualdades de gênero na configuração da nova divisão internacional do trabalho não pode ser subestimado, sendo mesmo possível estabelecer uma comparação entre o lugar que ocupa o trabalho das mulheres dos países periféricos no sistema capitalista global com aquele que ocuparam as mulheres e crianças durante os processos de industrialização na Inglaterra e na Europa no século XIX.

A articulação de ambos os níveis impõe a necessidade de incorporar a análise das migrações, a fim de desenvolver um marco capaz de vincular (a partir de uma perspectiva feminista) os sistemas de trabalho, os processos migratórios e as transformações agrárias no contexto da nova divisão territorial do trabalho.

Neste esforço de articular os diferentes sistemas de hierarquização social, destacamos a importância das tentativas de superar o dualismo metodológico “sistema econômico/patriarcado”. Já se passaram várias décadas desde que Benería (1987), a partir da tradição feminista-marxista, propôs uma análise integradora e dialética que estivesse atenta às relações estabelecidas entre ambos os sistemas. A fim de superar os dualismos e possíveis determinismos no momento de pensar as relações de dominação e a divisão sexual do trabalho, Kergoat (1997) propõe pensar em termos de relações sociais. A partir deste enfoque retoma o problema do estruturalismo e do determinismo contidos no conceito de patriarcado. Em relação a este aspecto, Hirata e Kergoat (1993) dão um passo adiante, insistindo na necessidade de articular as relações de sexo e as relações de gênero.

Não podemos esquecer, neste sentido, que nos anos 1970 as feministas procedentes de minorias racializadas já haviam levantado com força, especialmente nos Estados Unidos, uma revisão do debate sobre a diferença e a desigualdade (Hooks, 1981; Davis, 2004). A partir daí se começará, então, a pensar sobre como a experiência da raça, da sexualidade ou da classe transforma a experiência de gênero: “como se combinam ou se interseccionam entre si? Como o racismo fragmenta a identidade e a experiência do gênero? Como se experimenta o gênero a partir do racismo? Como raça e classe dão forma ao gênero?”, interrogam-se Bhavnani e Coulson (2004: 60).

Para responder a tais perguntas será necessário superar o erro habitualmente cometido de pensar as diferenças como um simples complemento, pois, como afirma Anthias (2006), as mulheres não experimentam a subordinação

como indivíduos de um modo fragmentado (ou seja, não posso somar ao fato de que eu sou oprimida como mulher o de que estou oprimida como migrante); então, seria imprescindível perceber o modo como se interseccionam as divisões sociais. Passar assim – como propõe Brah (2004), na esteira do pensamento de Stuart Hall –, da “soma das diferenças” aos “modelos de articulação” para compreender tanto as relações de subordinação como a construção das identidades sociais nos processos de trabalho.

3.3. Estrutura, agência e experiência humana

A perspectiva das relações sociais permite apontar a necessidade de complementar as análises mais interessadas na dimensão estrutural, com a atenção aos atores sociais e à experiência humana. Por um lado, parece-nos importante encontrar regularidades e tendências gerais, atentando, assim, para uma dimensão mais estrutural. Destaca-se, neste sentido, o potencial da análise comparativa em relação: à divisão territorial e internacional do trabalho no contexto do sistema agroalimentar globalizado (e o lugar que a agricultura andaluza nele ocupa); ao modelo de gestão da imigração nestas cadeias agrícolas (baseado nas políticas de contratação na origem); e às políticas sexuais de organização do trabalho (os processos de organização e segmentação do trabalho e os efeitos da flexibilidade produtiva sobre o emprego e as estratégias empresariais). Esta análise permite constatar que as dinâmicas e as implicações deste modelo não são conjunturais.

O papel não apenas do mercado, mas também das políticas públicas nos parece, assim, um aspecto-chave. Nos estudos pioneiros de Phizacklea (1988) sobre a segregação racial e sexual do mercado de trabalho na Grã-Bretanha, a autora chama a atenção para uma questão fundamental: que a legislação era racista em sua intenção e em seus efeitos; que o racismo tinha sido institucionalizado de cima para baixo. A análise da organização do mercado de trabalho no cultivo de morango evidencia que tais formas de hierarquização têm sido, igualmente, institucionalizadas a partir de cima.

Contudo, examinar estas regularidades não implica assumir uma visão determinista e estática de modelo, pelo contrário, é essencial aprofundar as interações e contradições em sua realização prática e captar a perspectiva dos atores sociais. Nesta linha, Mohanty (2005), apesar de partir de uma perspectiva global para uma perspectiva localizada e historicizada, se questiona sobre as experiências, histórias e estratégias das mulheres trabalhadoras e propõe teorizar a experiência a partir de uma “política de localização” (Mohanty, 2002).

Para Kergoat (1997: 19) a noção de “prática social” é essencial para passar do abstrato ao concreto, para definir os atores não como puros produtos das relações sociais, para pensar simultaneamente o material e simbólico, para compreender os atores a partir de suas práticas e romper com uma concepção estática de estrutura social. Por seu turno, as antropólogas Collier e Yanagisako (1989) mostram como a prática feminista tem contribuído para o desenvolvimento da “teoria da prática”, na medida em que tem feito esforços para combinar a análise do modo como a prática reproduz o sistema, concebido como um sistema de desigualdade e dominação, com a atenção sobre “as pessoas reais fazendo coisas reais”, ou seja, sobre o modo em que as atrizes e os atores constroem e transformam esse sistema.

É também a partir da experiência humana que disciplinas como história e antropologia têm se proposto a abordar o estudo do trabalho. As contribuições oferecidas pela Escola de Birmingham continuam a constituir uma referência importante neste sentido. No prefácio de uma de suas obras mais significativas, Thompson (2002) expõe a concepção de classe enquanto uma formação social e cultural:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que se conforma de fato (e essa conformação pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A relação deve ser sempre encarnada em pessoas reais e em contextos reais. Também não podemos tomar duas classes distintas, cada uma com uma existência independente, e depois colocá-las em relação uma com a outra (2002: 13).

Pensar o trabalho a partir da experiência humana supõe, neste caso, observar as trajetórias laborais das novas trabalhadoras temporárias em relação com aquela dos agricultores e de outros grupos de trabalhadores imigrantes (marroquinos, da África subsaariana), e inserir essas trajetórias laborais no quadro mais amplo de suas trajetórias de vida.

Implica, igualmente, partir da análise da estrutura segmentada do mercado de trabalho agrário para alcançar o estudo das experiências de trabalho e o sentido atribuído a elas pelos agricultores e trabalhadores. Isso contribuiria para a compreensão das contradições que se dão entre as condições de subordinação por meio das quais as trabalhadoras temporárias são incorporadas a estes movimentos migratórios e ao mercado de trabalho e as possibilidades que esta nova condição oferece às mulheres para mudar – e melhorar – suas condições de vida. Ao tomar suas experiências nos campos de morango, observamos as oportunidades que a migração lhes oferece no sentido de encontrar um trabalho que, mesmo em condições precárias, melhora a situação que vivenciavam

em seus países de origem. Mas, além de aumentar os ingressos, a migração lhes têm concedido, em muitos casos, uma maior autonomia para gerir seus recursos, organizar seu tempo, transformar determinadas percepções e imaginários sociais, livrar-se de determinados constrangimentos familiares ou ampliar o leque de relações sociais. Abrem-se a elas, assim, as portas para iniciar um novo projeto de vida na Andaluzia.

Da mesma forma, esta perspectiva contribuiria para explicar as contradições entre a concepção ideal de modelo e sua realização prática, por exemplo ao explorar as experiências de mobilidade laboral das trabalhadoras temporárias e suas estratégias para romper com o compromisso de retornar ao lugar de origem uma vez finalizada a temporada, tal como estabelecido pelo programa de trabalhadoras agrícolas temporárias.

Se nos voltamos para o caso dos agricultores produtores de morango (*freseros*), observamos como suas experiências e o sentido que atribuem ao trabalho na agricultura intensiva ajudam a compreender que, ainda que o termo “patrão” seja comumente utilizado, eles parecem se situar em uma posição mais próxima daquela que ocupam os agricultores no espaço da agricultura familiar de subsistência do que a que eles passam a ocupar no marco de uma agricultura familiar baseada na intensificação das relações capitalistas de produção. Este paradoxo se deve a vários fatores, entre eles: a origem da classe trabalhadora da qual procedem parte significativa deles, o predomínio da pequena propriedade de caráter familiar e sua posição subordinada em relação à cadeia de produção global. Estas considerações afetam o modo como que estes sujeitos constroem sua identidade como *freseros*, ao mesmo tempo em que contribuem para diluir, no imaginário social, a relação assimétrica capital/trabalho.

Pensar o trabalho a partir da experiência humana supõe, também, vincular o trabalho com a vida cotidiana nos campos e povoados de produção de morango. Recordemos que a antropologia social se propõe a estudar como se configura a cotidianidade nos campos agrícolas. Ou seja, seu olhar não está direcionado exatamente a situações “excepcionais” ou aos “grandes” acontecimentos e focos de tensão que costumam atrair o interesse da mídia e que são tomados como objeto de instrumentalização política⁸, enquanto processos a partir dos quais se configura a “normalidade” social. Explicar certos fenômenos sociais que

8 Como aconteceu após os eventos racistas que tiveram lugar nos campos agrícolas de El Ejido (no costa oriental da Andaluzia), onde a mão de obra predominantemente procede do Magreb e da África subsaariana, bem como após os conflitos sociais ocorridos no ano em que parte significativa dos antigos trabalhadores magrebinos ou subsaarianos foram substituídos por trabalhadores do leste europeu através do programa de contratação na origem.

ajudam a compreender as formas de organização de nossa própria sociedade e as mudanças que ocorrem no seio dela. Servir, em última análise, ao objeto do conhecimento da antropologia: a vida cotidiana das pessoas comuns.

Referências

- ARIZPE, Lourdes e ARANDA, Josefina. The “Comparative Advantages” of Women’s Disadvantages: Women Workers in the Strawberry Export Agribusiness in Mexico. *Signs*, v. 7, n. 2, Development and the Sexual Division of Labor, 1981, pp. 453-473.
- BARRIENTOS, Stephanie. La mano de obra femenina y las exportadoras globales: mujeres en las agroindustrias chilenas. En: DE VILLOTA (Ed.). *Globalización y género*. Madrid, Síntesis, 1999a, pp. 297-318.
- BARRIENTOS, Stephanie. *Ethical Trade and Gender: Exports of Non-traditional Horticultural Products*. New York/Genova, United Nations Conference on Trade and Development, 1999b.
- BARRIENTOS, Stephanie, KABEER, Naila e HOSSAIN, Naomi. *The Gender Dimensions of the Globalization of Production*. Genève, OIT, 2004.
- BEECHY, Verónica. Género y trabajo: replanteamiento de la definición de trabajo. In: BORDERÍAS, CARRASCO e ALEMANY (Comp.), *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona, Icaria, 1994, pp. 425-450.
- BENERÍA, Lourdes. ¿Patriarcado o sistema económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos. In: *Mujeres: ciencia y práctica política*. Madrid, Seminario de la Universidad Complutense, 1987, pp. 39-54.
- BHAVNANI, Kum-Kum e COULSON, Margaret. Transformar el feminismo socialista. El reto del racismo. In: VV.AA. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2004 [1986], pp. 51-61.
- BORDERÍAS, Cristina e CARRASCO, Cristina. Introducción: las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. En: BORDERÍAS, CARRASCO e ALEMANY. (Comp.). *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona, Icaria, 1994, pp. 15-108.
- BRAH, Avtar. Diferencia, diversidad, diferenciación. In: VV.AA. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2004 [1986], pp. 107-136.
- CARRASCO, Cristina. Introducción: hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C. (Ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999, pp. 11-55.
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, Barcelona, Icaria, n. 81, 2001, pp. 43-70.

- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. En: VARA, M. J. (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid, Akal, 2006, pp. 29-62.
- CAVALCANTI, Josefa. Trabalhadores migrantes e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco do Nordeste do Brasil. Mimeo, 2011.
- COCKBURN, Cynthia. The Gendering of Jobs: Work Place Relations and the Reproduction of Sex Segregation. In: WALBY, S. (Ed.). *Gender Segregation at Work*. Philadelphia, Open University Press, 1988, pp. 29-42.
- COLLIER, Jane F. e YANAGISAKO, Sylvia. Theory in Anthropology since Feminist Practice. *Critique of Anthropology*, v. 9 (2), 1989, pp. 27-37.
- DAVIS, Ángela Y. *Mujeres, raza y clase*. Madrid, Akal, 2004 [1981].
- DEERE, Carmen Diana. The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America. Genève, United Nations Research-Institute For Social Development (UNRISD), 2005.
- ELSON, Diane. Male Bias in the Development Process: And Overview. In: ELSON, Diane (Ed.). *Male Bias in the Development Process*. UK, Manchester University Press, 1995, pp. 1-28.
- ELSON, Diane e PEARSON, Ruth. Introduction: Nimble Fingers and Foreign Investments. In: ELSON e PEARSON (Eds.). *Women's Employment and Multinationals in Europe*. Hong Kong, MacMillan Press, 1989, pp. 1-11.
- FERBER, Marianne A. e NELSON, Julie A. Introducción. La construcción social de la ciencia económica y la construcción social del género. En: FERBER e NELSON (Eds.). *Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista*. Madrid, Cátedra, 2004, pp. 9-38.
- FLORIDO, David. De Marx a Sahlins: algunas reflexiones para la conceptualización de los hechos económicos. En: CHIC, G. (Dir.). *Economía de prestigio versus economía de mercado, II*. Sevilla. Padilla Libros Editores y Libreros, 2007, pp. 39-58.
- GARDINER, Jean. Los padres fundadores. In: CARRASCO, C. (Ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999, pp. 59-90.
- GORDON, David M., EDWARDS, Richard e REICH, Michael. *Trabajo segmentado, trabajadores divididos: la transformación histórica del trabajo en Estados Unidos*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- HARRIS, Olivia. La unidad doméstica como una unidad material. *Nueva Antropología*, México (D.F.), UNAM, v. VIII, n. 30, 1986, pp. 199-222.
- HIRATA, Helena. División sexual e internacional del trabajo. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 41-51.

- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. La clase obrera tiene dos sexos. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 77-86.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional. En: GIDDENS e HUTTON (Eds.). *En el límite*. Barcelona, Tusquets, 2001, pp. 187-208.
- HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman. Black Women and Feminism*. Boston, South End Press, 1981.
- KERGOAT, Danièle. Por una sociología de las relaciones sociales. Del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 15-30.
- LARA FLORES, Sara María. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablo Editores, 1998.
- MILKMAN, Ruth. *Gender at Work. The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II*. Chicago, University of Illinois Press, 1987.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Encuentros feministas: situar la política de la experiencia. In: BARRET, M. e PHILLIPS, A. (Comp.). *Desestabilizar la teoría. Debates feministas contemporáneos*. México, Paidós, 1987, pp. 89-106.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Women Workers and Capitalists Scripts: Ideologies of Domination, Common Interests and the Politics of Solidarity. In: LEISTYNA (Ed.). *Cultural Studies. From Theory to Action*. Oxford, Blackwell, 2005, pp. 321-344.
- MOLYNEUX, Maxime. Androcentrism in Marxist Anthropology. *Critique of Anthropology*, 3, 1977, pp. 55-81.
- NAREDO, José Manuel. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social. Más allá de los dogmas*. Madrid, Siglo XXI, 2006.
- NAROTZKY, Susana. *Antropología económica. Nuevas tendencias*, Barcelona, Melusina, 2004.
- NASK, Mary. The Impact of the Changing International Division of Labor on Different Sectors of the Labor Force. In: NASH, M. e FERNÁNDEZ-KELLY, P. (Eds.). *Women, Men, and the International Division of Labor*. Albany, State University of New York, 1983, pp. 3-38.
- OROZCO, Amaia P. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid, Consejo Económico y Social, 2006.
- PHIZACKLEA, Annie. Gender, Racism and Occupational Segregation. In: WALBY, Sylvia (Ed.). *Gender Segregation at Work*. Philadelphia, Open University Press, 1988, pp. 43-54.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Ed.), *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y*

- nuevos problemas*, Barcelona, Icaria, 1999, pp. 201-242.
- PIORE, Michel. Notas para una teoría de la estratificación del mercado de trabajo. En: TOHARIA, L. (Comp.). *El mercado de trabajo: teorías y aplicaciones*. Madrid, Alianza, 1983, pp. 193-221.
- SASSEN, Saskia. *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2003.
- SILVA, Maria A. de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, UNESP, v. 39, 2011.
- THOMAS, Robert J. *Citizenship, Gender and Work. Social Organization of Industrial Agriculture*. Los Angeles, University of California Press, 1985.
- THOMPSON, Edward P. *Edward Palmer Thompson*. Ed. Dorothy Thompson. Barcelona, Crítica, 2002.
- WELLS, Miriam. *Strawberry Fields. Politics, Class, and Work in California Agriculture*. Cornell University Press, 1996.

Recebido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

- REIGADA, Alicia. Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 19-41